

5. Anexo às demonstrações financeiras



Anexo às demonstrações financeiras

Introdução

Apresentam-se as notas para apoiar as divulgações previstas no "Modelo de Notas Explicativas (Anexo) às demonstrações financeiras, dando destaque às divulgações na forma de quadros normalizados para facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida no SNC-AP.

Pretende-se que estas divulgações sejam claras, objetivas e concisas de forma a possibilitar uma informação financeira com maior compreensibilidade.

Estas divulgações foram feitas em função da materialidade das quantias envolvidas e da importância dos assuntos a relatar.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade, período de relato

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação destas demonstrações financeiras encontra-se na "Caracterização da entidade", bem como o organograma apenso.

1.2 Referencial contabilístico, demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que inclui as Normas de Contabilidade Pública (NCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 85/2016, de 21 de dezembro. As políticas contabilísticas, apresentadas na Nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o ano de 2023.

A informação financeira apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 foi preparada nos pressupostos da comparabilidade, exceto nas rubricas a seguir descritas:

Foi dado cumprimento à NCP 10, quanto aos terrenos detidos para revenda, alteração esta que compromete a comparabilidade das rubricas inventários, ativos fixos tangíveis e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Foi dado cumprimento à NCP 14, quanto à capitalização dos rendimentos de transações sem contraprestação, alteração esta que compromete a comparabilidade das rubricas outras variações no património líquido e transferências e subsídios correntes obtidos.



1.3 Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como se segue:

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	dez/23		dez/22	
Caixa		128,72 €		497,04 €
Depósitos à ordem		306 910,18 €		82 437,14 €
Depósitos à ordem no Tesouro				
Depósitos bancários à Ordem	306 910,18 €		82 437,14 €	
Outros Depósitos		238 801,68 €		255 963,02 €
Depósitos a prazo				
Depósitos de garantias e cauções	238 801,68 €		255 963,02 €	
TOTAL		545 840,58 €		338 897,20 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município, incluindo o ano de 2023.

Derrogações de políticas contabilísticas

A (IPSAS) 33, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, foi elaborado o balanço de abertura de forma a dar continuidade a implementação do SNC-AP.

Face ao exposto, o Município de Sabrosa aplicou a prerrogativa do período mais alargado de transição para a aplicação das seguintes situações, por motivos de pandemia e falta de recursos humanos disponíveis:

- Conforme o disposto no #93 e #94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo fixo tangível, nomeadamente imóveis, não basta que o Município seja proprietário legal do imóvel. O Município de Sabrosa terá de ter em consideração o controlo que detém sobre os mesmos, o qual implica o seu potencial de serviço (capacidade de uso) ou benefícios económicos. Ou seja, no atual normativo contabilístico o que releva é o controlo e não a propriedade/titularidade. Neste contexto, não foi ainda possível ao Município terminar esta avaliação sobre o controlo, de forma a reconhecer nas

suas Demonstrações Financeiras apenas os ativos que controla, pelo que foi derogada esta disposição legal. Assim, os trabalhos conducentes à sua concretização continuam a ser desenvolvidos.

- Não foi ainda dado cumprimento à NCP 3: Ativos Intangíveis. Também durante o exercício económico de 2022 serão efetuados todos os esforços com o propósito do seu correto registo.
- Não foi dado cumprimento à NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, no que respeita ao contrato de concessão celebrado com a entidade Águas do Norte, SA, por não ter sido obtido atempadamente informação do próprio concessionário.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme seguinte:

- **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no Balanço é efetuado quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os juros de empréstimos ainda que diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos não foram capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização (que se qualifica) é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso. Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis e propriedades de investimento apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados. As beneficiações e grandes reparações que aumentem o período de vida útil estimado ou as condições de operabilidade, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período.



O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

O Município não apresenta propriedades de investimento.

- **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

- **Participações financeiras**

As participações financeiras referem-se a investimentos e outras entidades mensuradas ao custo. No termos da NCP 18 – Instrumentos Financeiro foram objeto de testes de imparidade tendo resultado o reconhecimento de imparidades.

As imparidades reconhecidas resultam das Contas das respetivas entidades.

- **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes, considerando a vida útil de referência que consta no CC2. Conforme quadro infra, não tem sido efetuada qualquer depreciação de terrenos.

	VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções Entre	10 e 100 anos
Infraestruturas Entre	10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico Entre	4 e 10 anos
Equipamento de transporte Entre	4 e 20 anos
Equipamento administrativo Entre	4 e 8 anos
Equipamento biológico Entre	4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis Entre	2 e 8 anos

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte, se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados ou potencial de serviço, bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores.

Alterações nas depreciações do período, caso existam, serão contabilizadas de forma prospetiva.

- **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

- **Contas a pagar**

As contas a pagar são reconhecidas pelo seu justo valor, resultante de faturas ou documentos similares remetidos à autarquia, contratos, protocolos e outros similares celebrados. São ainda registados os valores a pagar no ano seguinte que resultam de apuramento efetuado assente no histórico de informação contabilística existente na autarquia.

- **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores em caixa e depósitos refletem o montante disponível nos cofres da tesouraria, os valores depositados em contas à ordem e ainda os valores depositados sob a forma de garantias e cauções prestadas a favor do Município, sob condição e tendo por base os contratos celebrados, à data de 31.12.2023.

- **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões para processos judiciais em curso foram constituídas tendo por base a análise de todos os processos judiciais identificados pelo advogado do Município de Sabrosa e pelos serviços jurídicos da autarquia, tendo sido determinada uma provisão assente em julgamento efetuado ao ponto de situação de cada processo em curso em conjunto com o escritório de advogados e considerando o histórico em processos de igual natureza.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.



Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Nota 3 - Ativos intangíveis (AI)

É aplicado o Classificador Complementar 2 (CC2) do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Os bens são mensurados pelo seu custo.

Em 2023 e ano comparativo, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo, e dá resposta aos seguintes tópicos:

AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;

AI - quantia escriturada e variações no período;

AI - desagregação das adições;

AI - desagregação das diminuições; e,

AI - Excedentes de revalorização

Em 2023:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Aumentos								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas a entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
A13	Projetos de desenvolvimento	6 588,72 €	2 457,54 €	-5 000,00 €				-1 741,30 €		- €	2 304,96 €
A14	Programas de computador e sistemas de informação	65 478,54 €	7 447,34 €					-26 738,02 €		-45 934,09 €	253,77 €
A15	Propriedade Industrial e Intelectual	2 643,09 €	- €					-1 913,58 €		- 729,51 €	0,00 €
A17	Ativos Intangíveis em curso	144 065,60 €	0,00 €	-37 293,60 €						- €	106 772,00 €
TOTAL		218 775,95 €	9 904,88 €	-42 293,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-30 392,90 €	0,00 €	-46 663,60 €	109 330,73 €







Em 2022:

Rubrica	Designação	Quantia escriturada Inicial	Aumentos								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
AI3	Projetos de desenvolvimento	9 695,49 €	0,00 €					-3 106,77 €		- €	6 588,72 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	24 219,16 €	62 423,67 €					-21 164,29 €			65 478,54 €
AI5	Propriedade Industrial e Intelectual	6 175,92 €	6 592,90 €					-10 125,73 €		- €	2 643,09 €
AI7	Ativos Intangíveis em curso	127 682,00 €	16 383,60 €							- €	144 065,60 €
TOTAL		167 772,57 €	85 400,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-34 396,79 €	0,00 €	0,00 €	218 775,95 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com os elementos fundamentais. Não há lugar a pagamento, há sim lugar a recebimento.

Acordos de concessão de serviços	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A.	505938022	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	-----
Contrato de Cedência de Infraestruturas relativas ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	Águas do Norte	505863901	Exploração e da gestão do Sistema	-----	-----

4.1 – Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP Distribuição (E-redes)

O Município de Sabrosa é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (atualmente E-Redes).

De acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços, o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Para que o Município proceda ao reconhecimento dos ativos associados ao contrato de concessão, é necessário que disponha de informação suficiente e detalhada para o efeito. De acordo com a NCP 4, atendendo à insuficiente informação prestada pela concessionária EDP, não existem condições para proceder ao reconhecimento dos ativos que se encontram ao abrigo do contrato de concessão, pelo que a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços não foi aplicada. Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão, motivo pelo qual o Município não reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos (equipamentos e infraestruturas)




associados ao presente contrato de concessão, corroborando, e dando cumprimento desta forma ao parágrafo 93 da Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública.

Não obstante esta situação, caso esses bens fossem reconhecidos, teriam um impacto no total do ativo do Município de apenas 5% conforme o seguinte quadro:

Ativos em exploração	Valor Líquido Global
Chegadas aéreas	35 711
Chegadas subterrâneas	171 591
Contadores e acessórios	20 079
Eq. Telegestão Energia EDP Box	147 066
Iluminação pública	306 565
Postos Transformação e Seccionamento	429 366
Redes aéreas	671 006
Redes subterrâneas	93 699
Total	1 875 083

% sobre total do Ativo	5%
Total do Ativo	38 717 313

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

4.2 – Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a Águas do Norte

O Município de Sabrosa é concedente num contrato de Cedência de Infraestruturas relativas ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais no perímetro municipal, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, atualmente Águas do Norte.

De acordo com a NCP4 – Acordos de concessão de serviços o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas relativos ao Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, que se encontram a ser geridos pela concessionária Águas do Norte.

No entanto, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dado o Município não ter obtido atempadamente a respetiva informação de mensuração, derrogando assim a norma.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Refira-se que quando não se conhece o custo do ativo é adotado o Valor Patrimonial Tributário para os imóveis e o valor de mercado para os restantes ativos em conformidade com a Estrutura Conceptual do SNC-AP.

A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações. Em 2023 e ano comparativo, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida e dá resposta aos seguintes tópicos:

AFT - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;

AFT - quantia escriturada e variações no período;

AFT - desagregação das adições;

AFT - desagregação das diminuições; e,

AFT - Excedentes de revalorização

Em 2023:

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	16 854 099,42 €	384 674,92 €	2 363 952,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 309 155,27 €	0,00 €	0,00 €	18 293 571,57 €
Terrenos e recursos naturais	539 337,57 €	- €	703 478,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 242 816,37 €
Edifícios e outras construções	2 930 099,79 €	287 833,29 €	174 033,15 €	- €	- €	- €	-93 653,81 €	- €	- €	3 298 312,42 €
Infraestruturas	7 982 745,84 €	96 841,63 €	6 613 846,02 €	- €	- €	- €	-1 025 443,21 €	- €	- €	13 667 990,28 €
Património Histórico, artístico e cultural	4 427,99 €	- €	73 650,23 €	- €	- €	- €	-4,76 €	- €	- €	78 073,46 €
Outros	5 397 488,23 €	- €	-5 201 055,70 €	- €	- €	- €	-190 053,49 €	- €	- €	6 379,04 €
Outros ativos fixos tangíveis	16 307 215,52 €	1 652 624,16 €	-2 322 053,73 €	- €	- €	- €	- 639 709,65 €	- €	-327 148,00 €	14 670 928,30 €
Terrenos e recursos naturais	3 332 925,82 €	14 098,55 €	- 8 210,17 €	- €	- €	- €	0,00 €	- €	-331 994,25 €	3 006 819,95 €
Edifícios e outras construções	11 658 978,06 €	126 826,79 €	-1 289 347,21 €	- €	- €	- €	-368 964,02 €	- €	- €	10 127 493,62 €
Equipamento básico	459 356,31 €	109 819,95 €	2 626,93 €	- €	- €	- €	-120 989,89 €	- €	5 976,32 €	456 789,62 €
Equipamento de transporte	107 539,42 €	3 865,00 €	- €	- €	- €	- €	-41 129,00 €	- €	- €	70 275,42 €
Equipamento administrativo	92 775,66 €	22 703,69 €	- 274,63 €	- €	- €	- €	-37 033,68 €	- €	- €	78 171,04 €
Outros	388 099,77 €	35 427,68 €	- 23 043,64 €	- €	- €	- €	-71 593,06 €	- €	- 1 130,07 €	327 760,68 €
Ativos fixos tangíveis em curso	267 540,48 €	1 339 882,50 €	-1 003 805,01 €	- €	- €	- €	0,00 €	- €	- €	603 617,97 €
	33 161 314,94 €	2 037 299,08 €	-41 898,77 €	- €	- €	- €	-1 948 864,92 €	- €	-327 148,00 €	32 964 499,87 €

Em 2022:

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Regularizações	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	11 305 856,24 €	6 629 690,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 084 729,94 €	3 283,11 €	0,00 €	16 854 099,42 €
Terrenos e recursos naturais	252 237,57 €	287 100,00 €								539 337,57 €
Edifícios e outras construções	719 636,58 €	2 247 954,90 €					-37 491,69 €			2 930 099,79 €
Infraestruturas	4 467 803,44 €	4 094 635,11 €					-582 773,82 €	3081,11		7 982 745,84 €
Património Histórico, artístico e cultural	4 427,99 €									4 427,99 €
Outros	5 861 750,66 €						-464 464,43 €	202,00 €		5 397 488,23 €
Outros ativos fixos tangíveis	19 118 400,87 €	3 775 136,22 €	-5 907 235,35 €	- €	- €	- €	-658 532,87 €	12 625,88 €	-33 179,23 €	16 307 215,52 €
Terrenos e recursos naturais	3 261 099,57 €	77 200,00 €							- 5 373,75 €	3 332 925,82 €
Edifícios e outras construções	12 020 595,96 €	65 568,38 €					-411 045,26 €	11 664,46 €	-27 805,48 €	11 658 978,06 €
Equipamento básico	376 873,59 €	184 570,23 €	- 13 319,86 €				-89 373,50 €	605,85 €		459 356,31 €
Equipamento de transporte	152 131,88 €	- 159,99 €					-44 519,20 €	86,73 €		107 539,42 €
Equipamento administrativo	106 139,73 €	41 599,86 €					-55 270,18 €	306,25 €		92 775,66 €
Outros	268 628,80 €	177 795,70 €	37,41 €				-58 324,73 €	37,41 €		388 099,77 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 932 931,34 €	3 228 402,05 €	-5 893 792,91 €							267 540,48 €
	30 424 257,11 €	10 404 826,23 €	-5 907 235,35 €	- €	- €	- €	- 1 743 262,81 €	15 908,99 €	-33 179,23 €	33 161 314,94 €



O DL 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação. Apesar de o Município já ter aceite o exercício da competência em causa, ainda não procedeu ao registo dos imóveis da Escola EB 2,3/s Miguel Torga no seu património e no seu ativo.

O DL 23/2019, de 30 de janeiro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde. Apesar de o Município já ter aceite o exercício da competência em causa, ainda não procedeu ao registo dos imóveis do Centro de Saúde no seu património e no seu ativo.

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação financeira.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no "Mapa de empréstimos", em anexo

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

No exercício de 2023 não foram capitalizados juros.

Nota 8 - Propriedades de investimento

O Município não apresenta as propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e ano comparativo as perdas por imparidade são as seguintes:

Ativo	Saldo Bruto	Depreciação acumulada Saldo inicial	Saldo líquido	Perdas reconhecidas em 2023	Reversão reconhecidas em 2023	Outras correções	Saldo final a 31/12/2023
Clientes, contribuintes e utentes	199 578,33 €	189 042,57 €	10 535,76 €	13 093,51 €	2 557,75 €	- €	199 578,33 €
TOTAL	199 578,33 €	189 042,57 €	10 535,76 €	13 093,51 €	2 557,75 €	0,00 €	199 578,33 €

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2023. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.



Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
									(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	922,14 €	521 381,19 €	322 876,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	199 426,38 €
Matérias-primas, subsidia	86 491,08 €	78 724,81 €	83 145,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	82 070,04 €
Produtos acabados e inte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	87 413,22 €	600 106,00 €	406 022,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	281 496,42 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Nos termos da NCP 13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que o Município recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual, que pode ser na forma de bens, serviços ou uso de ativos.

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Ver mapa anexo

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos, taxas, multas e outras penalidades e transferências:

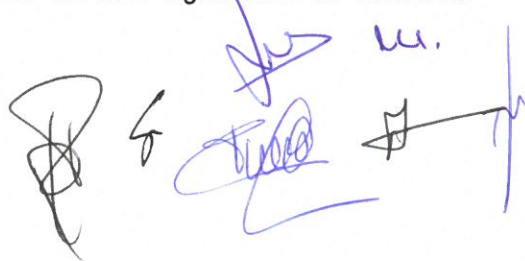
- Os impostos, taxas, multas e outras penalidades são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.
- As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Ver mapa anexo

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Sabrosa, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para **€ 53.754,01** que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.



Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Sabrosa, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	128 925,68 €				- €		75 171,67 €		75 171,67 €	53 754,01 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Materiais ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	128 925,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75 171,67 €	0,00 €	75 171,67 €	53 754,01 €

15.2 - Ativos Contingentes

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, enquadram-se nesta rubrica.

Deve ser preenchido o próximo parágrafo do valor das cauções/depósitos não reconhecidos na contabilidade financeira:

O montante de 238 807,05€ não se encontra reconhecido enquanto ativo do Município na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

O Município não tem conhecimento da ocorrência de acontecimentos após a data do relato.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são quaisquer contratos que deem origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciem um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos. No que se refere aos Passivos financeiros, estes relacionam-se essencialmente com financiamentos obtidos e outras contas a pagar.

Analizada a participação no capital de diversas entidades pelo Município de Sabrosa, segue a relação das entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros que não são participações de capital em entidades controladas ou associadas.

Considerando o exposto e apesar do valor da participação ser inferior a 20%, foram efetuados testes de imparidade onde se concluiu pelo aumento da participação do capital detido pelo Município de Sabrosa, no entanto, considerando a percentagem da participação, foi determinado que estes ativos manteriam a sua valoração ao custo de aquisição, sem ter sido objeto de qualquer imparidade, o que sucederia se dos testes efetuados resultasse uma redução do valor da fração do capital detido à data do relato pela autarquia.

Entidade Participada				Participação no final do exercício			Forma Realização de capital			Obs.
Denominação	NIPC	Tipo de Entidade	CAE	Capital Social	Valor subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)	Em Espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Águas Interior Norte	515 684 473	SA	37 002	31 647 550,00 €	3 430 451,00 €	10,84%	3 430 451,00 €	3 430 451,00 €	0	
Águas do Norte	513 606 084	SA	36 001	108 095 468,00 €	115 288,00 €	0,08%	296 173,28 €	115 288,00 €	0	
Dourogás	508 195 128	SA	35 210	1 000 000,00 €	1 565,00 €	0,16%	1 565,00 €	1 565,00 €	0	
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Estado		650 000 000,00 €	251 495,00 €	0,06%	251 495,00 €	251 495,00 €	0	

Valores referentes ao ano de 2022, devido a não terem aprovado as contas de 2023, sobre as entidades participadas Águas do Interior Norte e Águas do Norte.

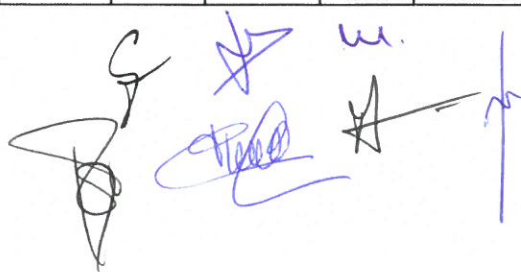
Não foi obtida informação financeira sobre a participação Dourogás.

Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 800 359				520	2 080				3 798 799
Participações financeiras-custo	3 800 359				520	2 080				3 798 799
Outros ativos financeiros	2 089 897									931 804
Devedores por transferências e subsídios	1 438 491								1 230 280	208 211
Cientes, contribuintes e utentes	45 322			13 093,51	67 588,24			2 557,75		123 446
Outras contas a receber	606 084				611 482,05				617 542,95	600 024
Total	5 890 256			13 093,51	680 110,29	4 160		2 557,75	1847822,95	4 730 603

Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidades	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Outros passivos financeiros	3 106 149									3 182 184
Financiamentos obtidos	1 913 362								210 815	1 702 547
Credores por transferências e subsídios	0				16 447					16 447
Fornecedores c/c	347 306	256 565								603 871
Fornecedores de investimento	227 014								212 413	14 601
Cauções	263 095								24 288	238 807
Outras contas a pagar	355 372								250 539	605 911
Total	3 106 149	256 565			16 447				698 055	3 182 184



Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Participações de capital-ao custo											
Fundo de Apoio Municipal	251 495	251 495									251 495
Águas do Interior Norte	3 430 451	3 430 451									3 430 451
Águas do Norte	115 288	115 288									115 288
Sonorgás	0	1 560	520				2 080				0
Dourogás	1 565	1 565									1 565
Total	3 798 799	3 800 359	520				2 080				3 798 799

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Imóveis por regularizar

A 31 de dezembro de 2023 a listagem de imóveis que carecem de registo na Autoridade Tributária e Conservatória do Registo Predial, mas que constam do balanço da autarquia, classificados como Ativos Fixos Tangíveis, consta do quadro seguinte:

Nr. Inv.	Descrição	Patrimonial	Valor Contabilístico (Inicial)	Valor Alterações Patrimoniais	Valor Patrimonial (Atual)	Valor Amortizações	Valor Patrimonial Líquido
405363	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMARIA DE PAREDES	43.2.1	22 228,25 €	- €	22 228,25 €	14 818,73 €	7 409,52 €
405377	POLO ARQUEOLÓGICO DA GARGANTA (EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMARIA)	43.2.1	161 160,02 €	- €	161 160,02 €	105 077,49 €	56 082,53 €
405378	EDIFÍCIO ANTIGA ESCOLA PRIMARIA DE ROALDE	43.2.1	20 162,32 €	- €	20 162,32 €	13 458,40 €	6 703,92 €
405384	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA DE SOBRADOS	43.2.1	34 251,50 €	- €	34 251,50 €	22 784,79 €	11 466,71 €
405385	EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMARIA DE VILELA	43.2.1	19 827,00 €	9 331,57 €	29 158,57 €	13 797,97 €	15 360,60 €
410149	CENTRO DE APOIO AO PEDESTRIANISMO, EX-ESCOLA PRIMARIA DE PAÇOS	43.0.2.5	27 555,02 €	- €	27 555,02 €	1 423,70 €	26 131,32 €

23.2 – Contabilidade de gestão

Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2020, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos dos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão que definem divulgações específicas para as autarquias locais.

Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro, o que até ao momento não foi possível na sua totalidade.

O sistema atual não permite obter informação completa da contabilidade de gestão, no entanto foi possível trabalhar a informação ao longo do ano 2023 de forma a obter os gastos por centro de responsabilidade, não sendo ainda possível obter os rendimentos, inviabilizando assim a apresentação dos resultados económicos.

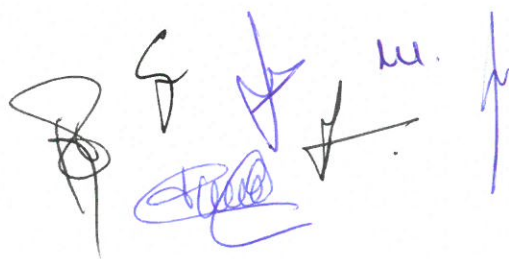
23.3 – Listagens de contratos de comodato e direitos de superfície

Não possuímos contratos de comodato nem direitos de superfície

23.4 – Outras Informações

- As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao município de Sabrosa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.
- Fundos Comunitários por receber

Verbas por receber por fundos	
Natureza	Valor
FEDER	125 455,83 €
FSE	72 755,05 €
FC	- €
Outros	190 580,14 €
TOTAL	388 791,02 €



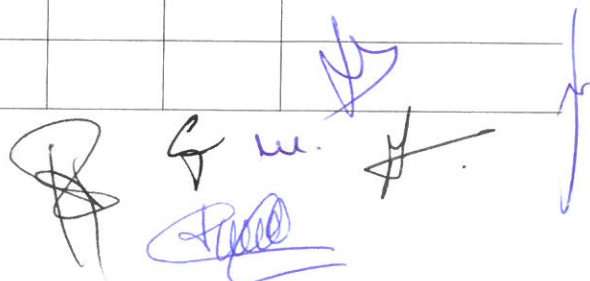
Tipo de transação com contraprestação Rendimento do período reconhecido Observações
(1) (2)

	1.	Prestação de serviços	382.315,26	
72.03.01	1.1.	Saneamento		
72.03.02	1.2.	Resíduos Sólidos	335.437,02	
72.03.03	1.3.	Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias		
72.03.04	1.4.	Trabalhos por Conta de Particulares		
72.03.05	1.5.	Cemitérios	1.889,80	
72.03.07	1.6.	Parques de Estacionamento		
72.03.09	1.7.	Serviços Sociais	36.431,94	
72.03.11	1.8.	Serviços Culturais		
72.06	1.9.	Vistorias e ensaios		
72.11	1.10.	Aluguer de equipamentos		
72.99	1.11.	Outros serviços	8.556,50	
	2.	Venda de bens	864.718,31	
71.1.02	2.1.	Água		
71.1.09	2.2.	Outras mercadorias	845.316,47	
71.2	2.3.	Produtos acabados e intermédios	19.401,84	
71.3	2.4.	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
	3.	Juros	94,88	
79.1	3.1.	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	94,88	
	4.	Royalties		
	5.	Dividendos ou distribuições similares		
	6.	Outros	109.827,55	
78.4	6.1.	Ganhos em inventários	327,75	
78.7.1.2	6.2.	Alienações Ativos fixos tangíveis		
78.7.2	6.3.	Sinistros		
78.7.9+78.8.1	6.4.	Outros rendimentos	109.499,80	
78.7.9		Outros rendimentos		
78.8.1		Correções relativas a períodos anteriores	109.499,80	
T O T A L			1.356.956,00	

Notas:

(2) - Para o reconhecimento do rendimento, divulgar em texto a seguir ao quadro, as políticas contabilísticas adotadas incluindo os métodos utilizados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviço.

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos	Observações
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
70.1.03+70.1.05+70.1.1.06+70.1.99	Impostos diretos	628.376,64				
	Resultados	líquido	período	período		
70.1.03	Derrama					
	Resultados	líquido	período	período		
70.1.05	Imposto municipal sobre imóveis	471.744,67				
	Resultados	líquido	período	período		
70.1.06	Imposto único de circulação	156.631,97				
	Resultados	líquido	período	período		
70.1.99	Outros					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.02+70.2.08.03 2.+70.2.08.05+70.2.08.06+70.2.08.09+70.2.08.11+70.2.10+70.2.08.99	Impostos indiretos	339.631,90				
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.02	Loteamentos e Obras					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.03	Ocupação da Via Pública					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.05	Publicidade					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.06	Saneamento					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.09	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.11	Imposto sobre o Ruído					
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.10	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	339.631,90				
	Resultados	líquido	período	período		
70.2.08.99	Outros					
	TOTAL	968.008,54				



Município de Sabrosa

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos	Observações
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
3. Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.01+70.4.03.02 4. +70.4.03.03+70.4.03.0 6+70.4.03.10+70.4.03. 99	141.820,26					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.01 Mercados e feiras	1.036,00					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.02 Loteamentos e obras	96.651,27					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.03 Ocupação da via pública	3.344,16					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.06 Saneamento						
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.10 Licença sobre o ruído	5.133,60					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.03.99 Outras	35.655,23					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.04.01+70.4.04.04 5. +70.4.04.09	3.736,32					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.04.01 Juros de mora	882,76					
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.04.04 Coimas e penalidades por contraordenações						
	Resultados	líquido	período	período		
70.4.04.09 Outras multas e penalidades	2.853,56					
	Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.3+75.1.1.1.4 6. +75.1.1.1.5+75.1.1.1. 9+75.1.1.4+75.1.1.5	5.007.099,37					
	Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.3 Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.800.162,00					
TOTAL	6.120.664,49					

	Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos	Observações
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
75.1.1.1.4	Fundo Social Municipal (FSM)	107.321,00					
		Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.5	Participação no IRS						
		Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.1.9	Outras	99.616,37					
		Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.4	Administração Regional						
		Resultados	líquido	período	período		
75.1.1.5	Segurança Social						
		Resultados	líquido	período	período		
7.	Transferências com condição						
		Resultados	líquido	período	período		
8.	Subsídios sem condição						
		Resultados	líquido	período	período		
75.1.4.9	9. Subsídios com condição	26.686,19					
		Resultados	líquido	período	período		
10.	Legados, ofertas e doações						
		Resultados	líquido	período	período		
11.	Outros						
	TOTAL	6.147.350,68					

Notas:

- (1) - caso seja apropriado o tipo de rendimentos derivados de impostos pode ser detalhado por imposto relevante.
- (2) - para as principais classes de rendimentos, divulgar em texto a seguir ao quadro acima as bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade.
- (3) - descrever se existem ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições e a natureza dessas restrições (por exemplo, transferências ou subsídios com condições).

Conta	Designação	Débito	Crédito	Saldo Devedor	Saldo Credor
> 11	Caixa	280.502,47	280.373,75	128,72	
12	Depósitos à ordem	11.347.726,55	11.040.816,37	306.910,18	
12.1	Depósitos no Tesouro				
12.2	Depósitos bancários	11.347.726,55	11.040.816,37	306.910,18	
13.1	Depósitos a prazo				
13.2	Depósitos consignados				
13.3	Depósitos de garantias e cauções	292.343,74	53.542,06	238.801,68	
TOTAL		11.920.572,76	11.374.732,18	545.840,58	



ANO : 2023 pag. : 1

Caracterização do Empréstimo	Data aprov pela A.M.	Data de contratação	Pr. C.	Anos Decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do Período				Encargos an vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período	Observações
					Nº registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros Mora				
(MLP)																			
Caixa Geral de Depósitos	1998/02/27	1998/05/12	27	25	19138	1998/05/27	1 -Const. 36 fogos hab.custos cont.-Mata da Soalheira Sabrosa	814.477,11	791.414,81	1.3962		34.131,19	1.814,01	35.945,20		104.513,02	70.381,84	DL 226/97 e 30/97	
Caixa Geral de Depósitos	1998/02/27	1998/05/12	27	25	19137	1998/05/27	1 -Const.de 20 fogos de hab.a custos cont.Mata M.Ribeiro-S.Mart	424.716,43	418.709,82	1.3962		18.035,55	958,56	18.994,11		55.226,62	37.191,08	DL 226/87 e 30/97	
Caixa Geral de Depósitos	2008/06/26	2008/07/18	20	15	1028	2008/10/31	1 -Financ. de Inv. Municipais candidatos ou a candidatar a Co-Financ FEDER ou Fundo de Coesão - 901500592491	331.114,00	327.311,37	5.6370		18.168,62	3.729,79	21.898,41		118.521,23	100.352,61	parte excepcionad a do emprestimo de 1.240.000,00	
Caixa Geral de Depósitos	2008/06/26	2008/07/18	20	14	1027	2008/10/31	N - Financ e Invest. Municipais da Rede Viária do Município - 901500591091	1.260.000,00	955.085,12	5.6370		29.479,39	3.620,56	33.099,95		201.932,59	172.453,20	(ANULADO O VALOR DE 21.251.19 PERTENCE AO EMP.1 240.000,00)	
Caixa Geral de Depósitos	2008/06/26	2008/07/18	20	15	1028	2008/10/31	N -Financ. de Inv. Municipais candidatos ou a candidatar a Co-Financ FEDER ou Fundo de Coesão - 9015005920491	908.886,13	552.669,53	5.6370		30.935,75	6.350,73	37.286,48		201.860,06	170.797,40	parte não excepcionad a do emprestimo 1240000,00 (valor 77.536,71 foi apagado)	
Caixa Geral de Depósitos	2015/09/28	2015/10/27	20	7	2122/2015	2016/03/08	N - EMPRESTIMO ATÉ 990 000,00 (9015.008276.191)	990.000,00	674.360,96	1.5900		37.464,50	22.694,02	60.158,52		524.503,00	487.038,50	EMPRESTIMO ATÉ 990 000,00 (9015.008276.191)	

Município de Sabrosa

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41 Investimentos financeiros	4.051.854,00		520,00	2.080,00	251.495,00	3.798.799,00
41.1 Investimentos em entidades controladas	251.495,00					251.495,00
41.1.1 Participações de capital - método da equivalência patrimonial						
41.1.1.1 Valor do investimento excluindo o goodwill						
41.1.1.1.3 Empresas Locais						
41.1.1.1.3.01 Agua do Interior Norte - AdIN						
41.1.1.1.9 Outros						
41.1.1.2 Goodwill						
41.1.2 Participações de capital - outros métodos	251.495,00					251.495,00
41.1.2.2 Empresas Locais	251.495,00					251.495,00
41.2 Investimentos em associadas						
41.2.1 Participações de capital - método da equivalência patrimonial						
41.2.1.1 Valor do investimento excluindo o goodwill						
41.2.1.1.9 Outros						
41.2.1.1.9.01 AGUAS DO INTERIOR NORTE (AdIN)						
41.2.1.2 Goodwill						
41.2.2 Participações de capital - outros métodos						
41.2.2.9 Outros						
41.3 Investimentos em empreendimentos conjuntos						
41.3.1 Participações de capital - método da equivalência patrimonial						
41.4 Investimentos noutras entidades	3.800.359,00		520,00	2.080,00	251.495,00	3.547.304,00
41.4.1 Participações de capital	3.800.359,00		520,00	2.080,00	251.495,00	3.547.304,00
41.4.1.1 FAM - Fundo de Apoio Municipal	251.495,00				251.495,00	
41.4.1.9 Outras participações de capital	3.548.864,00		520,00	2.080,00		3.547.304,00
41.4.1.9.1 Dourogás	1.565,00					1.565,00
41.4.1.9.2 Sonorgás	1.560,00		520,00	2.080,00		
41.4.1.9.3 Aguas do Norte	115.288,00					115.288,00
41.4.1.9.4 AGUAS DO INTERIOR NORTE (AdIN)	3.430.451,00					3.430.451,00
41.4.1.9.4.01 Subscrição de Capital	1.825.425,00					1.825.425,00
41.4.1.9.4.02 Prémio de emissão	555.050,00					555.050,00
41.4.1.9.4.03 Prestações Suplementares	1.049.976,00					1.049.976,00
41.5 Outros investimentos financeiros						
41.5.1 Detidos até à maturidade						
41.5.9 Outros investimentos financeiros						
42 Propriedades de investimento						
42.0 Bens de domínio público						
42.0.1 Terrenos e recursos naturais						
42.0.2 Edifícios e outras construções						
42.1 Terrenos e recursos naturais						
42.2 Edifícios e outras construções						
43 Ativos fixos tangíveis	83.592.529,21		53.399.958,05	339.186,72	51.875.694,99	84.777.605,55
43.0 Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	57.940.223,04		42.976.960,58		39.798.161,30	61.119.022,32
43.0.1 Terrenos e recursos naturais	539.337,57		703.478,80			1.242.816,37
43.0.1.1 Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva	287.100,00					287.100,00
43.0.1.3 Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano			703.478,80			703.478,80
43.0.1.9 Outros terrenos e outros recursos naturais	252.237,57					252.237,57
43.0.2 Edifícios e outras construções	2.975.440,25		537.979,12			3.513.419,37
A transportar	4.591.191,57		703.998,80	2.080,00	251.495,00	5.041.615,37

Município de Sabrosa

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	4.591.191,57		703.998,80	2.080,00	251.495,00	5.041.615,37
43.0.2.1 Habitações e edificações para serviços	257.927,96		288.316,33			546.244,29
43.0.2.2 Edifícios para fins industriais	3.690,00					3.690,00
43.0.2.3 Edifícios e construções com finalidade sociocultural	604.806,73		148.979,99			753.786,72
43.0.2.5 Piscinas e complexos desportivos	2.009.317,30		4.497,13			2.013.814,43
43.0.2.6 Cemitérios			76.738,40			76.738,40
43.0.2.9 Outros	99.698,26		19.447,27			119.145,53
43.0.3 Infraestruturas	14.373.754,30		41.661.823,19			56.035.577,49
43.0.3.1 Rodoviárias	12.714.462,18		37.202.725,08			49.917.187,26
43.0.3.5 Sistemas de esgotos	262.010,88		82.253,02			344.263,90
43.0.3.6 Sistemas de abastecimento de água	81.373,22		3.545,70			84.918,92
43.0.3.7 Redes de comunicações	191.131,01		48.580,61			239.711,62
43.0.3.9 Outras infraestruturas	1.124.777,01		4.324.718,78			5.449.495,79
43.0.3.9.1 Infraestruturas eletricas	877.677,95		4.298.858,40			5.176.536,35
43.0.3.9.2 Mobiliário Urbano	9.022,50		4.927,50			13.950,00
43.0.3.9.3 Parques e Jardins	87.599,02					87.599,02
43.0.3.9.4 Recolha de Resíduos Sólidos	29.478,60					29.478,60
43.0.3.9.5 Sinalização e Segurança	97.080,28		20.932,88			118.013,16
43.0.3.9.6 Rede de Gás	23.918,66					23.918,66
43.0.4 Património histórico, artístico e cultural	4.427,99		73.679,47			78.107,46
43.0.4.2 Obras de arte, coleções e antiguidades	4.427,99		73.679,47			78.107,46
43.0.9 Outros bens de domínio público	40.047.262,93				39.798.161,30	249.101,63
43.1 Terrenos e recursos naturais	3.332.925,82		14.098,55	317.895,70	22.308,72	3.006.819,95
43.1.1 Terrenos incluídos em planos de urbanização com capacidade construtiva	1.896.032,90		8.560,80	240.695,70	8.560,80	1.655.337,20
43.1.2 Terrenos não incluídos em planos de urbanização - solo rural	755.938,99					755.938,99
43.1.3 Outros terrenos situados dentro do perímetro urbano	17.299,20					17.299,20
43.1.9 Outros terrenos e outros recursos naturais	663.654,73		5.537,75	77.200,00	13.747,92	578.244,56
43.2 Edifícios e outras construções	18.191.478,18		8.798.640,11		10.622.597,31	16.367.520,98
43.2.1 Habitações e edificações para serviços	7.063.495,61		6.704.476,67		952,00	13.767.020,28
43.2.3 Edifícios e construções com finalidade sociocultural	19.210,00		2.049.109,20			2.068.319,20
43.2.5 Piscinas e complexos desportivos	1.621.264,10		10.439,94		1.451.097,61	180.606,43
43.2.9 Outros	9.487.508,47		34.614,30		9.170.547,70	351.575,07
43.3 Equipamento básico	1.265.881,22		997.202,42		531.661,91	1.731.421,73
43.3.1 Equipamento informático e de telecomunicações	130.418,13		45.985,41			176.403,54
43.3.2 Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	14.314,25		21.500,15			35.814,40
43.3.3 Equipamento e material específico dos serviços de saúde	10.741,85					10.741,85
43.3.4 Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	263.239,17		283.320,93		533,07	546.027,03
43.3.5 Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia	27.131,95		98.450,07			125.582,02
43.3.6 Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	1.756,25		26.016,02			27.772,27
43.3.7 Equipamento e material de apoio à produção	154.290,84		224.926,66			379.217,50
A transportar	84.118.373,48		52.490.418,48	319.975,70	50.695.095,40	85.593.720,86

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	84.118.373,48		52.490.418,48	319.975,70	50.695.095,40	85.593.720,86
43.3.8 Equipamento militar, de segurança e defesa	27.151,03		276.978,75			304.129,78
43.3.9 Outro equipamento básico	636.837,75		20.024,43		531.128,84	125.733,34
43.4 Equipamento de transporte	1.062.509,35		3.865,00		1.023,36	1.065.350,99
43.4.2 Transportes rodoviários	1.061.845,15		3.865,00		1.023,36	1.064.686,79
43.4.9 Outros	664,20					664,20
43.5 Equipamento administrativo	660.105,09		22.703,69	949,90	82.396,75	599.462,13
43.5.1 Equipamento informático e de telecomunicações	354.829,35		18.371,85	949,90	112,25	372.139,05
43.5.2 Equipamento de escritório e de reprografia	52.839,92					52.839,92
43.5.3 Mobiliário de escritório e de arquivo	166.406,62		4.331,84		2.171,78	168.566,68
43.5.9 Outros	86.029,20				80.112,72	5.916,48
43.6 Equipamentos biológicos						
43.7 Outros ativos fixos tangíveis	1.139.406,51		586.487,70	20.341,12	817.545,64	888.007,45
43.7.1 Equipamento de oficina e reparações	13.540,55		42.419,22			55.959,77
43.7.2 Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	196.659,39		521.996,78			718.656,17
43.7.3 Equipamento individual para fins especiais	1.650,16		574,94			2.225,10
43.7.9 Outros	927.556,41		21.496,76	20.341,12	817.545,64	111.166,41
44 Ativos intangíveis	1.789.024,15		229.376,32	1.597.742,89	40.320,23	380.337,35
44.2 Projetos de desenvolvimento	1.323.868,18		200.129,13	1.151.066,52	5.000,00	367.930,79
44.3 Programas de computador e sistemas de informação	427.970,34		29.247,19	432.338,77	12.472,20	12.406,56
44.4 Propriedade industrial e intelectual	37.185,63			14.337,60	22.848,03	
45 Investimentos em curso	411.606,08		1.339.882,50		1.041.098,61	710.389,97
45.1 Investimentos financeiros em curso						
45.3 Ativos fixos tangíveis em curso	267.540,48		1.339.882,50		1.003.805,01	603.617,97
45.3.0 Bens do Domínio Público, Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	245.731,99		1.294.040,40		980.987,92	558.784,47
45.3.0.2 Edifícios e outras construções	32.619,60		240.606,72		149.439,99	123.786,33
45.3.0.2.1 Habitações e edificações para serviços	21.734,10		37.464,93			59.199,03
45.3.0.2.2 Edifícios para fins industriais	3.690,00		21.734,10		3.690,00	21.734,10
45.3.0.2.3 Edifícios e construções com finalidade sociocultural	7.195,50		35.657,70			42.853,20
45.3.0.2.5 Piscinas e complexos desportivos			145.749,99		145.749,99	
45.3.0.3 Infraestruturas	212.935,27		1.053.433,68		831.370,81	434.998,14
45.3.0.3.1 Rodoviárias	134.792,25		801.060,49		525.662,83	410.189,91
45.3.0.3.5 Sistemas de Esgotos	33.393,41		48.859,61		82.253,02	
45.3.0.3.6 Sistemas de abastecimento de água			3.545,70		3.545,70	
45.3.0.3.7 Redes de Comunicações	14.436,61		34.144,00		48.580,61	
45.3.0.3.9 Outras infraestruturas	30.313,00		165.823,88		171.328,65	24.808,23
45.3.0.3.9.01 Infraestruturas elétricas	30.313,00		139.963,50		145.468,27	24.808,23
45.3.0.3.9.02 Mobiliário Urbano			4.927,50		4.927,50	
45.3.0.3.9.05 Sinalização e Segurança			20.932,88		20.932,88	
45.3.0.9 Outros bens de domínio público	177,12				177,12	
45.3.2 Edifícios e outras Construções	21.808,49		45.842,10		22.817,09	44.833,50
45.3.2.1 Habitações e edificações de serviços	21.808,49		22.595,10		22.817,09	21.586,50
45.3.2.3 Edificações e construções com finalidade sociocultural			23.247,00			23.247,00
45.4 Ativos intangíveis em curso	144.065,60				37.293,60	106.772,00
45.4.2 Projetos de Desenvolvimento	144.065,60				37.293,60	106.772,00
45.5 Adiantamentos por conta de investimentos						
45.5.1 Investimentos financeiros						
45.9 Perdas por imparidade acumuladas						
45.9.1 Investimentos financeiros em curso						
A transportar	89.845.013,44		54.969.736,87	1.939.009,61	53.208.608,83	89.667.181,87

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte							
45.9.5	Adiantamentos por conta de investimentos						
45.9.5.1	Investimentos financeiros						
46	Ativos não correntes detidos para venda						
46.9	Perdas por imparidade acumuladas						
Total		89.845.013,44		54.969.736,87	1.939.009,61	53.208.608,83	89.667.131,87

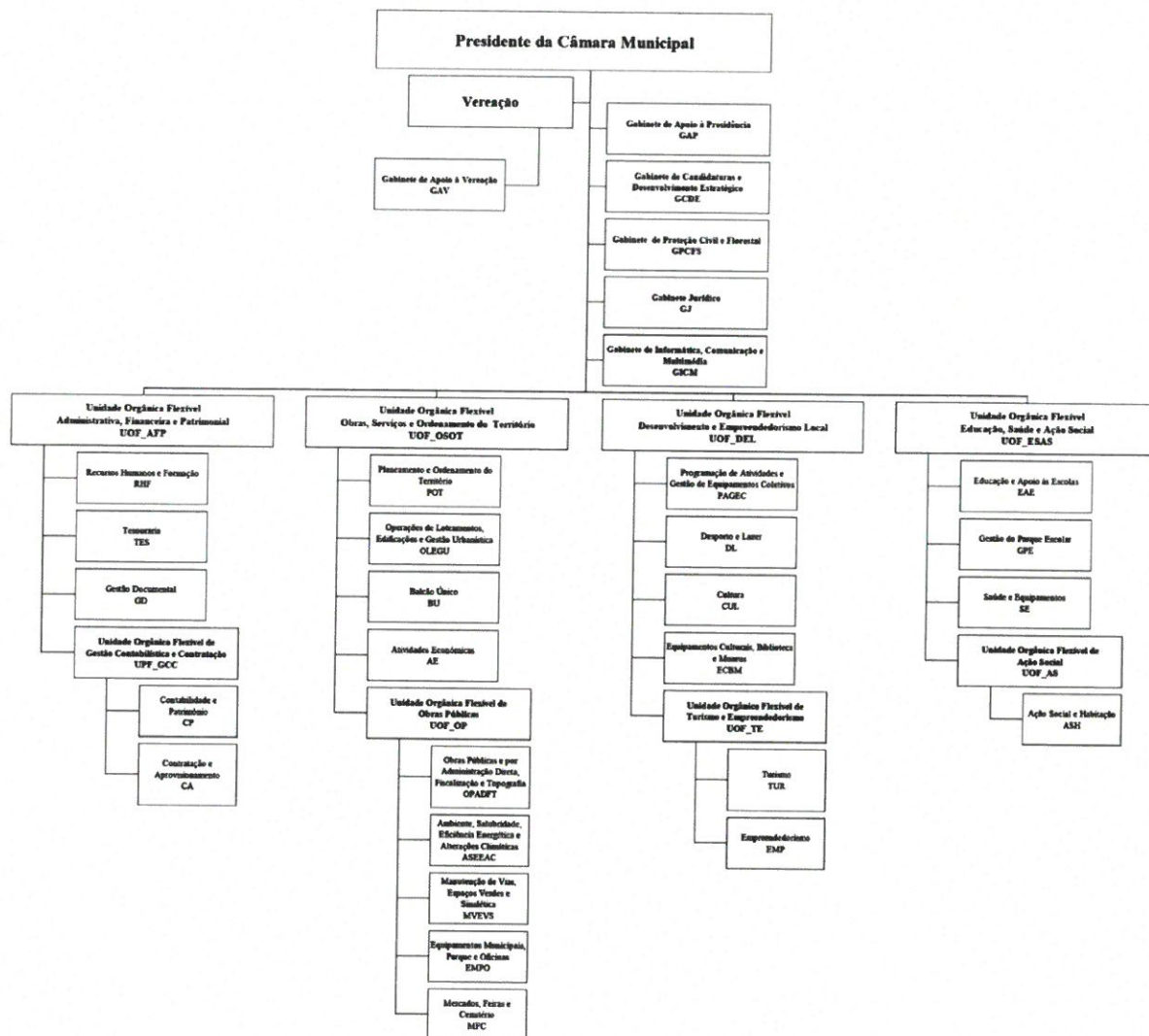
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
41.8 Amortizações acumuladas				
41.8.1 Investimentos em entidades controladas ao método da equivalência patrimonial - Goodwill				
41.8.2 Investimentos em associadas ao método da equivalência patrimonial - Goodwill				
41.9 Perdas por imparidade acumuladas				
41.9.1 Participações de capital				
41.9.1.1 Em entidades controladas				
41.9.1.1.1 Ao método da equivalência patrimonial				
41.9.1.2 Em associadas				
41.9.1.2.1 Ao método da equivalência patrimonial				
41.9.1.3 Em empreendimentos conjuntos				
41.9.1.3.1 Ao método da equivalência patrimonial				
41.9.2 Empréstimos concedidos				
42.8 Depreciações acumuladas				
42.8.1 Bens de domínio público				
42.8.1.1 Terrenos e recursos naturais				
42.8.1.2 Edifícios e outras construções				
42.8.2 Terrenos e recursos naturais				
42.8.3 Edifícios e outras construções				
42.9 Perdas por imparidade acumuladas				
43.8 Depreciações acumuladas	50.698.754,75	41.887.871,99	40.169.903,09	52.416.723,65
43.8.0 Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	41.086.123,62	36.336.432,73	34.597.105,60	42.825.450,75
43.8.0.1 Terrenos e recursos naturais				
43.8.0.2 Edifícios e outras construções	45.340,46	169.766,49		215.106,95
43.8.0.2.1 Habitações e edificações para serviços	23.497,80	21.283,72		44.781,52
43.8.0.2.2 Edifícios para fins industriais	24,60	73,80		98,40
43.8.0.2.3 Edifícios e construções com finalidade sociocultural	11.840,36	19.498,22		31.338,58
43.8.0.2.5 Piscinas e complexos desportivos	9.562,29	45.433,12		54.995,41
43.8.0.2.6 Cemitérios		72.901,46		72.901,46
43.8.0.2.9 Outros	415,41	10.576,17		10.991,58
43.8.0.3 Infraestruturas	6.391.008,46	35.976.578,75		42.367.587,21
43.8.0.3.1 Rodoviárias	6.212.966,24	33.846.241,29		40.059.207,53
43.8.0.3.5 Sistemas de esgotos	5.796,38	13.786,08		19.582,46
43.8.0.3.6 Sistemas de abastecimento de água	1.356,24	4.098,20		5.454,44
43.8.0.3.7 Redes de comunicações	49.634,96	18.224,46		67.859,42
43.8.0.3.9 Outras infraestruturas	121.254,64	2.094.228,72		2.215.483,36
43.8.0.4 Patrimônio histórico, artístico e cultural		34,00		34,00
43.8.0.4.2 Obras de arte, coleções e antiguidades		34,00		34,00
43.8.0.9 Outros bens de domínio público	34.649.774,70	190.053,49	34.597.105,60	242.722,59
43.8.1 Terrenos e recursos naturais				
43.8.2 Edifícios e outras construções	6.532.500,12	4.014.153,21	4.306.625,97	6.240.027,36
43.8.2.1 Habitações e edificações para serviços	2.020.541,42	2.872.489,70	952,00	4.892.079,12
43.8.2.3 Edifícios e construções com finalidade sociocultural	19.210,00	1.012.282,17		1.031.492,17
43.8.2.5 Piscinas e complexos desportivos	596.846,52	34.628,92	586.677,56	44.797,88
43.8.2.9 Outros	3.895.902,18	94.752,42	3.718.996,41	271.658,19
43.8.3 Equipamento básico	806.524,91	948.375,33	480.268,13	1.274.632,11
43.8.3.1 Equipamento informático e de telecomunicações	56.193,34	34.605,37	5.976,32	84.822,39
43.8.3.2 Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	3.347,06	24.111,42		27.458,48
43.8.3.3 Equipamento e material específico dos serviços de saúde	3.319,30	1.202,77		4.522,07
43.8.3.4 Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	198.978,77	279.276,77	533,07	477.722,47
43.8.3.5 Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia	3.035,61	99.269,66		102.305,27
43.8.3.6 Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	648,70	24.768,29		25.416,99
43.8.3.7 Equipamento e material de apoio à produção	37.190,68	206.929,25		244.119,93
43.8.3.8 Equipamento militar, de segurança e defesa	4.905,81	255.950,00		260.855,81
43.8.3.9 Outro equipamento básico	498.905,64	22.261,80	473.758,74	47.408,70
43.8.4 Equipamento de transporte	954.969,93	41.129,00	1.023,36	995.075,57
43.8.4.2 Transportes rodoviários	954.305,73	41.129,00	1.023,36	994.411,37
A transportar	49.379.454,38	41.340.090,27	39.385.023,06	51.334.521,59

AMORTIZAÇÕES

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Transporte		49.379.454,38	41.340.090,27	39.385.023,06	51.334.521,59
43.8.4.9	Outros	664,20			664,20
43.8.5	Equipamento administrativo	567.329,43	37.033,68	83.072,02	521.291,09
43.8.5.1	Equipamento informático e de telecomunicações	290.841,51	30.605,39	1.062,15	320.384,75
43.8.5.2	Equipamento de escritório e de reprografia	52.645,27	68,70		52.713,97
43.8.5.3	Mobiliário de escritório e de arquivo	141.724,05	5.445,11	2.171,78	144.997,38
43.8.5.9	Outros	82.118,60	914,48	79.838,09	3.194,99
43.8.6	Equipamentos biológicos				
43.8.7	Outros ativos fixos tangíveis	751.306,74	510.748,04	701.808,01	560.246,77
43.8.7.1	Equipamento de oficina e reparações	3.886,02	41.614,56		45.500,58
43.8.7.2	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	36.912,41	428.870,20		465.782,61
43.8.7.3	Equipamento individual para fins especiais	75,20	917,42		992,62
43.8.7.9	Outros	710.433,11	39.345,86	701.808,01	47.970,96
43.9	Perdas por imparidade acumuladas				
44.8	Amortizações acumuladas	1.714.313,80	249.864,34	1.586.399,52	377.778,62
44.8.2	Projetos de desenvolvimento	1.317.279,46	199.412,89	1.151.066,52	365.625,83
44.8.3	Programas de computador e sistemas de informação	362.491,80	48.537,87	398.876,88	12.152,79
44.8.4	Propriedade industrial e intelectual	34.542,54	1.913,58	36.456,12	
44.9	Perdas por imparidade acumuladas				
Total		52.413.068,55	42.137.736,33	41.756.302,61	52.794.502,27

Organograma

Estrutura flexível, matricial e gabinetes operacionais



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2023

Nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), declara-se que os compromissos plurianuais existentes em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), se encontram devidamente registados na aplicação informática, pelos seguintes montantes anuais:

Anos	Valor
2024	€342.582,67
2025	€26.625,30
2026	€492,00
2027	€0,00
Seguintes	€0,00
TOTAL	€369.699,97

Sabrosa e Paços do Concelho

O Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial

Assinado por: **Manuel João Areias Peixoto**

Num. de Identificação: 10796723

Data: 2024.01.16 12:52:28+00'00'

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2023

Nos termos da alínea b), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), declaram-se os recebimentos em atraso, existentes em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), que se encontram devidamente registados na aplicação informática, pelos seguintes montantes:

Natureza	Valor
Abastecimento de água, AR e RSU	€146.396,44
Publicidade e ocupação da via pública	€339,00
Rendas de habitação e espaços públicos	€8.515,66
Mercados e Feiras	€4.077,60
Outros	€40.620,95
Total	199.949,65€

*Dados extraídos do SNC-AP em conferência, no âmbito da elaboração da Prestação de Contas 2023

Sabrosa e Paços do Concelho

O Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial

Assinado por: **Manuel João Areias Peixoto**

Num. de Identificação: 10796723

Data: 2024.01.16 12:52:28+00'00'

Declaração de pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2023

Nos termos da alínea b), do n.º1, do artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), declaram-se os pagamentos em atraso¹, existentes em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), que se encontram devidamente registados na aplicação informática, pelos seguintes montantes:

Classificação económica	Valor
...	
Montante total de pagamentos em atraso:	€0,00

Sabrosa e Paços do Concelho

O Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial

Assinado por: **Manuel João Areias Peixoto**
Num. de Identificação: 10796723
Data: 2024.01.16 12:52:28+00'00'

¹ Por recebimentos em atraso entende-se, nos termos da alínea e), do artigo 3.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA);

Artigo 3.º | Definições

Para efeitos da presente lei, consideram-se:

(...)

e) «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;